

GUARDAS, JAGUNÇOS E PISTOLEIROS:

NARRATIVAS SOBRE HOMENS DE ARMAS EM UM CONFLITO DE TERRAS

DIBE AYOUB

RESUMO Neste artigo, analiso narrativas de pessoas que vivem um conflito com uma madeireira, com o objetivo de compreender o conhecimento que elas produzem sobre os homens de armas da empresa, nomeados de guardas, jagunços e pistoleiros. Observo como eles são concebidos por elas, considerando as relações de proximidade que dão a forma das narrativas, e as violências das quais guardas, jagunços e pistoleiros são representativos. Ao julgarem os homens de armas pelo seu trabalho e pelas relações com familiares e vizinhos, essas histórias também desvelam o que não se diz sobre os atos de agressão e eventos trágicos do conflito.

PALAVRAS - CHAVE Conflito, violência, jagunços, narrativa.

ABSTRACT In this article I analyze the narratives of subjects in conflict with a timber industry, in order to comprehend the knowledge that these subjects produce about the armed man of the company, named guards (guardas), jagunços and gunmen (pistoleiros). I observe how these men are comprehended by the narrators, considering the relations of proximity that give form to the narratives, and the violence of which guards, jagunços and gunmen are representatives. Through their judgments of the armed men's work (trabalho) and of their relations with relatives and neighbors, the narrators also reveal what cannot be said about the acts of aggression and the tragic events that characterize the conflict.

KEY WORDS Conflict, violence, gunmen, narrative.

INTRODUÇÃO

As concepções morais e o conhecimento sobre os “jagunços” em um conflito de terras em Pinhão (PR) são temas que se impuseram desde o início de minha pesquisa no município, realizada majoritariamente com membros de movimentos sociais em processo de luta pela terra. Foi o interesse nessa luta que me levou a Pinhão, por meio do Projeto Memórias dos Povos do Campo no Paraná, que tinha como objetivo estudar as trajetórias de distintos grupos camponeses do estado, que vivem ou viveram situações de conflito fundiário¹. Minha entrada em campo se deu pela relação entre membros do Projeto e a Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), que representa também o Movimento de Posseiros, concebido em razão do embate entre os moradores da zona rural do município e a empresa madeireira Indústrias João José Zattar S/A.

Consolidado no início dos anos 1990, com o apoio de religiosos da Igreja Católica, de sindicalistas, organizações não-governamentais e políticos de esquerda, o Movimento de Posseiros uniu milhares de pessoas que viviam o conflito com as Indústrias Zattar. A identificação como posseiros vem da condição fundiária desses sujeitos, que se veem como aqueles que detêm a “posse” das terras em que vivem, as quais, em termos jurídicos, pertencem à madeireira. Contudo, a identificação de posseiro abarca pessoas que possuem trajetórias distintas de relação com as terras e com a Zattar. Denominam-se como posseiras pessoas cujas famílias vivem em uma mesma área há muitos anos, sem possuir o título de seus terrenos, os quais foram apropriados e documentados pela madeireira. Também se reconhecem como posseiros sujeitos que participaram das ocupações das terras da empresa, organizadas pelo Movimento no início dos anos 1990. Grande parte dos participantes das ocupações eram famílias do município, que ou foram expulsas de suas antigas terras, ou viviam em pequenos lotes familiares transmitidos por herança,

¹ O Projeto Memórias dos Povos do Campo no Paraná foi formado por pesquisadores de universidades daquele estado, dentre os quais Liliana Porto e Jefferson Salles, que também desenvolveram pesquisa em Pinhão, e organizaram, junto à historiadora Sônia Marques, o livro “Memórias dos Povos do Campo no Paraná – Centro Sul (Porto, Salles e Marques, 2013). O Projeto foi viabilizado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná (ITCG) e financiado pelo Ministério da Cultura (MinC). Em meu trabalho, também contei com o apoio de membros da Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), que me auxiliaram em meus deslocamentos e em minha hospedagem no município. Ao longo do doutorado, a pesquisa de campo foi apoiada pelo Edital de Auxílio à Pesquisa PPGAS/MN/UFRJ e CAPES, e pelo Programa Bolsa Nota 10 da FAPERJ.

onde não havia espaço suficiente para desenvolverem suas atividades econômicas (criação, lavoura, colheita de erva-mate). Além deles, alguns posseiros vieram de fora do município, por meio da compra de terrenos da Zattar, dos quais nunca receberam a escritura. E, por fim, há ainda pessoas que se identificam como posseiras e que foram empregados da madeireira. Essas pessoas se viram sem emprego e sem ter para onde ir quando a empresa entrou em recessão, também nos anos 1990.

Nas histórias dos posseiros sobre suas trajetórias na luta por terras, os “jagunços” aparecem como elemento fundamental do esquema de domínio territorial empreendido pela madeireira. Porém, percebi que além de representarem abusos e violências, esses homens de armas apresentam níveis de familiaridade e de proximidade significativos com a população que deveriam vigiar. É através dessas linhas aparentemente paralelas que proponho discutir como as pessoas que vivem o conflito compreendem os “guardas”, “jagunços” e “pistoleiros” da empresa.

As Indústrias João José Zattar S/A inauguraram sua primeira serraria em Pinhão em 1949 (MONTEIRO, 2008, p. 39). Com sua política de comprar árvores em pé, por meio de contratos de compra e venda, a empresa adquiriu terras onde estavam as araucárias que almejava. A partir dos anos 1960, a madeireira registrava uma enorme quantidade de terras do município em seu nome. Embora grande parte dessas áreas não estivesse regularizada nos moldes hegemônicos de propriedade de terras, elas encontravam-se habitadas há muitos anos. A maioria delas corresponde a áreas de “mato”, como os moradores da zona rural pinhãoense chamam os faxinais, terras de mata de araucárias. Quando a madeireira iniciou suas atividades de corte de madeira em Pinhão, essas áreas de “mato” estavam ocupadas por famílias que organizavam seus territórios nos termos do “sistema faxinal” (CHANG, 1988; PORTO, 2013; SOUZA, 2010), comum nessa região do Paraná². Para garantir seu domínio territorial, a empresa contratou homens de armas para morarem em suas terras e vigiarem a vida das pessoas que lá viviam.

² Em Pinhão, o “sistema faxinal” é concebido pelo binômio “faxinal/terras de cultura”. Os “faxinais”, terrenos de floresta, eram o espaço do “criador”, nome dado às terras de uso comum para a criação de gado e de porcos, e do extrativismo de erva-mate, realizado nos ter renos considerados particulares de cada família. As lavouras eram feitas nas “terras de cultura”, em áreas de serras e beiras de rio, distantes dos faxinais.

Uma das tarefas desses homens era levar “contratos”, também chamados de “comodatos”, para os sujeitos que estavam nas áreas, agora pertencentes à empresa, assinarem. Com suas assinaturas, as pessoas reconheciam a propriedade da madeireira sobre seus terrenos e asseguravam o cumprimento das seguintes normas: não extrair erva-mate (que passava a ser explorada pela empresa), não retirar madeira, fazer lavoura somente em épocas permitidas (pois a empresa passou a criar gado nas “terras de cultura”) e pagar o “arrendo” de trinta por cento do que colhiam aos “guardas” da firma. É assim que as pessoas que assinavam os “contratos” se tornavam “moradoras” das terras “do Zattar”. Grande parte dos posseiros que aderiram ao movimento social de luta pela terra era formada por esses “moradores” ou por pessoas que se recusaram a assinar os “contratos” e passaram a viver sob a mira dos homens de armas.

Nos discursos de quem conviveu com esses homens de armas, ou que os conheceram, eles surgem nomeados como “guardas”, “jagunços” e “pistoleiros”, termos que envolvem julgamentos morais e critérios de aproximação e de distanciamento (AYOUB, 2011; 2013). Responsáveis pela aplicação das normas da madeireira na zona rural do município, esses homens podem ser traçados nas narrativas como sujeitos “bons”, que somente executavam o “trabalho” de vigiar as atividades dos “moradores”, ou podem representar atos de violência que constituem o “medo” que a população rural tinha de se contrapor à empresa. Eram eles que realizavam as queimas das casas daqueles que se negavam a assinar os “contratos”, que matavam aqueles que não se submetiam ao cumprimento dos termos da empresa, e que “perseguiam” os membros dos movimentos sociais.

Nos anos 1990, com a organização do Movimento de Posseiros e o processo de reocupação de áreas adquiridas pela firma, os conflitos se intensificaram. No entanto, ao longo da mesma década, a empresa passou por um processo de desestruturação, causado por crises financeiras, seguidas pela demissão dos seus

funcionários e pelo fechamento de suas serrarias. Nesse período, houve a criação de assentamentos em algumas das áreas em domínio da firma. Por outro lado, os anos 1990 são a década em que “jagunços” reconhecidos foram presos, ou mortos. Os posseiros costumam dizer que os homens de armas “se mataram entre eles”, referindo-se a “brigas” em bares e festas. Outros deles permaneceram no município e foram viver nos assentamentos, ou ficaram nas terras da madeireira.

Desde 2006, as Indústrias Zattar e os posseiros buscam resolver as questões de terras através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com o qual a empresa vem desde então tentando negociar a venda de 21 mil hectares de terras em Pinhão. São essas as áreas em que hoje vivem não só posseiros, mas onde também se instalaram os acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as áreas do Movimento dos Faxinalenses de Pinhão e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), consolidados no município ao longo nos anos 2000.

Neste artigo, analiso diferentes concepções que pessoas que vivem a luta por terras, seja enquanto membro de movimento social ou enquanto morador no município que se relaciona com pessoas envolvidas nessa luta, possuem dos homens de armas da madeireira. Problematizo, nesse sentido, as categorias “guarda”, “jagunço” e “pistoleiro”, que compreendo como termos que dizem respeito às relações que a pessoa que conta sua história possui com o homem de armas de que fala, e a uma reflexão sobre sua própria condição e postura frente ao conflito com a madeireira. Abordo as narrativas como práticas morais, e nesse sentido como atos de engajamento, de estabelecimento de relações e reivindicações sobre um passado que invade o presente (LAMBEEK, 1996).

Contar histórias, narrar acontecimentos, em Pinhão, é concebido como “contar caso”. “Caso” é uma história composta por diversas narrativas, e nesse sentido, por diversos encadeamentos de relações. Assim, o “caso” tem o tom particular

de seu narrador, mas conjuga outras narrativas pessoais, outras informações que foram absorvidas por aquele que fala, a partir de outros “causos” que ouviu (CARNEIRO, 2010). Esses atos de contar histórias são forjados no movimento das pessoas, na passagem por lugares, e o conhecimento que produzem não é classificatório, mas “*meshworked*”, ou seja, mais parecido com as tramas de um tecido, costurando pessoas, lugares, relações (INGOLD, 2011, p. 154).

Conforme os “guardas”, “jagunços” e “pistoleiros” são reconhecidos a partir de seus deslocamentos pelas áreas que deveriam vigiar, ou onde deveriam executar suas “empreitadas”, é interessante observar como as formas narrativas ligam-se a modalidades de movimentação e de observação mútua (COMERFORD, 2014). A observação dos homens de armas e de seus deslocamentos produz conhecimentos sobre eles e suas famílias, e os próprios movimentos deles compõem questões moralmente significativas, às quais se dedica atenção. É assim que “o guarda faz trecho” para garantir que as pessoas que vivem nas terras da madeireira estejam cumprindo com os termos dos “contratos”, e que o “pistoleiro” aparece como figura meio nômade, que fica sumida por um tempo, para depois aparecer misteriosamente com muito dinheiro.

Início a discussão problematizando, a partir das histórias da “posseira” Margarida, o “bom guarda”, o homem de armas que possui vínculos familiares com os “moradores” das terras da madeireira, vínculos que passam muitas vezes pelas relações entre as mulheres. A seguir, analiso histórias sobre homens “ruins”, chamados de “pistoleiros”, concebidos no limiar entre a proximidade e o completo afastamento das pessoas em situação de conflito de terras. Finalmente, discuto “o que não se diz”, as histórias trágicas que envolvem esses homens de armas e as violências que executavam.

O “BOM GUARDA” E SUAS RELAÇÕES

Um dos aspectos mais destacados nos relatos das pessoas que falam sobre suas trajetórias na luta por terras, ou contam histórias da madeireira e de seus “guardas”, é a proximidade entre os homens de armas e as pessoas dos lugares onde trabalhavam. Grande parte deles era de Pinhão, e alguns já viviam nas áreas em que passaram a exercer essa função. Desse modo, eram conhecidos no município e nas comunidades rurais, e participavam das tramas de parentesco e vizinhança que constituem as pessoas que vivem em Pinhão. Por outro lado, os “jagunços”, “guardas” e “pistoleiros” que vinham “de fora” do município também acabavam por tomar parte nessas tramas. Como uma das prerrogativas de seu trabalho era morar com sua família nas terras da madeireira, tanto eles quanto suas esposas e filhos passavam a fazer parte dessas vizinhanças.

Assim, em várias das narrativas que ouvi, o trabalho exercido por esses homens de armas não é considerado em sua particularidade, mas relacionado a uma série de outros traços que compunham suas “reputações” (BAILEY, 1969; MARQUES, 2002), tais como: sua família, sua relação com os vizinhos, suas atitudes dentro de casa (se era “bom” para os filhos e para a esposa, por exemplo), o modo com que agia em serviço, se bebia ou não, se “sabia conversar” ou se era “valente”, como se comportava em ambientes públicos³. Esses aspectos são muito destacados nas narrativas das mulheres, assim como nas histórias contadas por homens que têm amigos ou parentes que seguiram essa carreira, e invocam versões do conflito de terras que passam por dentro dos lares e das famílias, misturando a trama madeireira à vida desses sujeitos em seus aspectos mais cotidianos.

Dona Margarida, senhora de oitenta anos, que participou ativamente da organização da AFATRUP e do Movimento de Posseiros, é uma das pessoas que conheci que teve contato com diversos homens de armas da madeireira. Vivendo em terras que

³ Segundo Bailey (1969), “reputação” consiste nas opiniões que as pessoas possuem sobre um sujeito, o que faz com que ela seja multifacetada, pois os julgamentos levam em conta diferentes aspectos do comportamento do sujeito observado e também o ponto de vista daquele que produz tal avaliação. Ademais, as “reputações” constituem um fundo comum de conhecimento que os membros de uma comunidade possuem uns sobre os outros. Nesse sentido, Marques (2002) define “reputações” como estereótipos acerca da conduta alheia, os quais se constituem e se modificam a partir da articulação entre determinados valores sociais. Assim, ao usar certos adjetivos para qualificar alguém, uma pessoa elabora um julgamento moral, no qual busca fazer prevalecer certos valores em detrimento a outros, e assim marca a “reputação” do sujeito de que fala.

foram angariadas pela Zattar, Dona Margarida e seu marido trabalharam para a empresa por um certo tempo, cuidando de lavouras. Muito por esse motivo, seu esposo reprovou o envolvimento dela nos movimentos contra a Zattar, o que se deu a partir da sua participação na Igreja, e de sua amizade com o Frei Domingos e a Irmã Ana Rosa. Foram esses os religiosos que deram início ao trabalho de organização da AFATRUP, após terem se sensibilizado com a situação dos “moradores” de terras da Zattar, caracterizada por Margarida como sendo de muita “pobreza”.

Durante uma de nossas conversas, em que perguntei-lhe sobre os “jagunços” que conheceu, Margarida lembrou de alguns homens de armas com quem conviveu e construiu vínculos:

“Aqui eu conheci dois casais de jagunços. Mas daí eu tive assim um contato muito de mãe pra filho com a esposa do jagunço. Que foi uma delas, que ela ganhou nenê, e ele saiu na jornada dele, sabe. E foi cumprir o dever de jagunço, atender as cancelas, e ver quem que “tavam tirando madeira”, quem que “tavam tirando erva”, aquela coisa que eles viviam o dia inteiro. E daí ela ficou, ganhou nenê e passou mal, e precisou de ajuda. Daí eu e uma outra prima minha fomos na casa dela, ajudamos ela e fizemos todo o serviço da casa, tarefa da casa, e ficamos cuidando do nenezinho. E quando ele chegou, ‘tava tudo em ordem, a gente se dava bem com ele. Porque meu marido era muito assim de fazer amizade e de acolher as pessoas. Ele ajudava muito as pessoas, e daí eles foram fazer cerca de arame juntos, e foram fazer uma lavoura de planta juntos, e ficaram amigos. Eu fiquei amiga dela também. E daí a gente vivia com ela assim. Só que quando clareava o dia ele encilhava o cavalo, o burro, sempre era burro. E se armava, pegava aqueles revólver, punha na cintura e se armava. Sempre tinha um cachorro bom junto com eles, e saía. Daí ele corria assim, hoje por acaso ele entrava ali na ponte, e fazia, que pela estrada saía lá perto da cidade. Quando era no outro dia ele fazia outro trecho. E assim ele vivia. Fazendo trecho. E daí tinha outro casal que

veio depois jagunçar na mesma casa que ele veio. Até fiquei comadre deles. Ele pegou toda a missão aqui, eram casados né, e ele ficou cuidando desses matos aí. Era a mesma coisa. Eles a cavalo, investigando erros e coisas. Só que esses dois jagunços que eu conheci nunca mataram ninguém, nunca atiraram, nunca brigaram, porque eles eram homens de paz, sabe? Ele cumpria só o dever de cuidar da madeira, de cuidar da erva, e ele sabia conversar com as pessoas. Chegava e falava por bem: “o Zattar não quer, não sou eu quem mando, você quer briga vá falar pra ele”. Às vezes as pessoas se revoltavam né? Inclusive uma vez um senhor ‘tava tirando uma erva aqui perto, diz que ele chegou e disse:

- O senhor tá tirando uma ervinha.
- Preciso.
- Não, não tô dizendo que o senhor precisa.

Daí diz que tiveram uma discussão, e ele disse:

- Não, não vou brigar com o senhor. Pode deixar, eu vou levar pro patrão. Não sou patrão, não sou dono, eu tô apenas cuidando, eu tô apenas ganhando meu dinheiro⁴”.

⁴ A entrevista com Dona Margarida, cujos trechos se encontram transcritos neste texto, foi realizada em fevereiro de 2011.

A fala de Dona Margarida aborda o que ela chama de “casais de jagunços”, formulação que não se centra no “jagunço”, mas abre um caminho de reflexão sobre a familiarização desses novos vizinhos que chegavam para vigiar as terras da Zattar. Ao contar suas experiências com os homens de armas da madeireira, Margarida invoca a especificidade das experiências femininas do conflito de terras, muito observadas a partir de dentro da casa, que no entanto não se restringe ao enquadramento de um âmbito doméstico com fronteiras estanques, mas revela-se como um espaço público, de visitação, trocas de favores, trabalho, e como lugar fundamental na formulação de acordos e no desenrolar das disputas políticas do conflito de terras.

Assim, muito embora o tema deste trabalho seja o que chamo genericamente de homens de armas, e que as armas e as disputas em que são acionadas sejam temas masculinos, as

narrativas desde dentro dos lares de posseiros e posseiras invocam os espaços mais pessoais e femininos do desenrolar dos conflitos e relações com os “guardas” da madeireira. Abu-Lughod (1986) problematiza as imbricações entre os âmbitos pessoal/doméstico/ íntimo e político/público da vida social, tomando o parentesco como idioma que expressa e constitui valores e sentimentos. Em sua pesquisa com os beduínos, a autora observa que, na ausência de vínculos genealógicos, a proximidade entre as pessoas é criada pelas ações que promovem laços e sentimentos de identificação e de apoio, como o compartilhar alimentos. Além disso, ao trabalhar com a poesia tipicamente feminina, os “*ghinnāwas*”, Abu-Lughod reflete sobre como, num universo onde falar de sentimentos e tensões contradiz o código social, existem formas particulares de discurso em que é possível expressar publicamente a intimidade.

Por outro lado, como aponta Figurelli (2011) em seu estudo sobre o trabalho e os conflitos em uma antiga fazenda do Rio Grande do Norte, as mulheres falam de um âmbito público que corresponde às suas relações pessoais, aos seus espaços de trabalho e de socialidade, os quais escapam ao interesse masculino. Nas experiências das mulheres sobre o conflito de terras em Pinhão, são atos como visitar-se, tomar chimarrão e comer juntas, trocar comidas, benzer as crianças uma da outra, ajudar em momentos de doença, conversar sobre seus problemas pessoais, que criam vínculos de proximidade os quais muitas vezes se estendem aos homens⁵. É assim que Margarida descreve a amizade do seu marido com os “jagunços”, a qual se fundava na ajuda prestada em tarefas na lavoura.

Como relata Margarida, a ajuda no parto da mulher do “jagunço” consolida a relação entre elas. Esse é o tipo de prestação que, para os moradores das comunidades rurais de Pinhão, inaugura o que chamam de “obrigação” entre o que obteve a ajuda e quem a realizou. Quando mencionam alguém que os ajudou em um momento difícil, geralmente relacionado a questões de saúde e de morte – levar alguém ou os parentes de alguém para

⁵ Cabe ressaltar que a “visita”, por si só, não constitui proximidade entre as pessoas. Como discute Dainese (2011), a “visita” possibilita a aproximação, o tornar-se “conhecido”. Porém, há uma série de outros elementos que são movidos nessa prática de “visitar” e que modulam a proximidade e o distanciamento, como a relação entre o anfitrião e o que chega, a “cerimônia” com que se recebe alguém e com que são preparados os alimentos servidos na ocasião, aquilo que se conversa, os motivos da “visita”.

o hospital, ajudar a cuidar, auxiliar a transportar um defunto ou a levar os parentes dele para o velório –, dizem “nós devemos obrigação para ele/ela”. A “obrigação” também tem a ver com o cuidado com a criação dos vizinhos, como por exemplo, quando uma vaca aparece na terra de alguém que cuida dela como se fosse sua até que o dono se apresente, ou quando se avista a vaca de alguém indo embora pela estrada e dá-se um jeito de prender o animal e leva-lo até seu dono. Esse é o tipo de prestação de favor que também leva à “obrigação” entre os envolvidos. A “obrigação” não supõe contraprestações materiais, mas constitui um vínculo, que no caso de Margarida é comparado a “um contato de mãe para filho”, uma relação que reconhece sentimentos mútuos de afeto, cuidado e respeito.

Para Margarida, seus vizinhos, que cedo pela manhã se armavam e saíam a percorrer seus “trechos” nas terras da Zattar, eram “homens de paz”, que “falavam por bem” e evitavam brigas com quem burlava as regras da firma. Ela os reconhece, dessa maneira, como homens subordinados à empresa, que cumpriam sua missão tendo em vista o salário que ela lhes concedia. Essa missão, por sua vez, é “fazer trecho”, movimentar-se pelos “matos” e estradas para “cuidar”, “investigar erros” de pessoas que viviam nessas áreas e realizavam atividades interditas pela madeireira, sobretudo a extração de madeira e de erva-mate. O exemplo do diálogo entre um dos “jagunços” e um homem que estava “tirando erva” destaca justamente a boa face do homem de armas, na medida em que a “conversa” de uma pessoa, o que e como ela fala com os outros, é um dado importante nas avaliações que os membros dessas comunidades fazem sobre si mesmos. “Saber conversar”, ser “trabalhador”, ter família, não “se envolver em brigas”, são valores que enaltecem um homem, e que o definem como “bom”, “boa gente”.

Nas histórias sobre homens de armas, alguns deles se descolam dos eventos mais trágicos do conflito, sendo reconhecidos como pessoas com quem há a criação de vínculos de afinidade e de

compadrio. Por conseguinte, as relações engendradas entre os “moradores” de áreas da Zattar e esses “guardas” e “jagunços” desafiavam uma visão dicotômica do conflito de terras, ou seja, uma percepção que tome essa configuração como formada por dois lados definitivos. Os vínculos e fluxos entre os homens de armas e os sujeitos que vigiavam, tanto quanto os julgamentos sobre as atitudes dos “jagunços”, faziam com que alguns deles fossem vistos com bons olhos, e que se afastassem da imagem do “pistoleiro” e do “bandido”, sobre os quais falarei adiante.

Dona Margarida não diferencia os termos “jagunço” e “guarda” em seu discurso. Como ela me disse nessa mesma conversa:

Tanto faz, é a mesma coisa. É jagunço porque tá ali, guarda porque tá ali também. Mas ‘tava ali, defendia o que era deles [dos Zattar]. É, ganhava. Às vezes até o próprio posseiro entrava ser assim pra ganhar um dinheirinho. Só que daí ele não fazia nada, ele não matava. Já teve até isso nessa jornada.

Se aqui “jagunço” e “guarda” aparecem como sinônimos, outros membros do Movimento de Posseiros preferem utilizar o termo “jagunço”, que destaca o lado abusivo, a violência desses homens de armas e, conseqüentemente, dos gerentes da empresa que eram seus chefes. “Jagunço” tende a ser um termo pejorativo, que aponta para relações e ações que entram no rol das coisas “que não se diz”, tornando-se perigosas para o próprio narrador. “Guarda”, porém, é um termo que indica maior neutralidade frente a esses homens de armas e suas ações. Para Margarida, o que os torna perigosos para os outros é a sua capacidade de matar. É assim que ela diferencia seus amigos e os posseiros que entraram nesse serviço, de outros “jagunços”. Os amigos de Margarida distanciam-se, por conseguinte, da figura do “pistoleiro”, este sim marcadamente violento e ligado à morte.

HISTÓRIAS SOBRE “PISTOLEIROS”

Mas tinha o tal Pedrão, que era um jagunço, mas era um jagunço da pesada, sabe? Esse Pedrão ele ia nas casas. Esse meu piá que você tá vendo aí, se dissesse “vem o Pedrão” ele ia parar embaixo da cama (...). E ele matou muita gente. Onde ele matou, a última que ele fez, foi muito triste pra ele (...). E daí esse Pedrão uma vez, contam, eu não sei, mas é contado de boca em boca. Que ‘tava um senhor, ele pôs sal pras vacas e sentou na cabeceira do cocho, olhar o gado lamber o sal. E ele plantava e colhia, e eles diziam “não colha, não plante, o Zattar não quer, e eu não quero, tô aqui pra atender”, e o homem, o senhor precisava, teimou, que nem o Camilo⁶, que nem eu, teimoso né? Porque precisa, claro, de fome quem vai morrer? E daí diz que ele deu um tiro na, no marido da mulher que ‘tava na casa, e ela, ela perdeu o sentido. Eu não sei, acho que agora ela é morta. Mas ela ficou, depois que o Zattar, que o Pedrão matou o marido dela lá no cocho das vacas, ela perdeu o sentido, ela ficou gritando uns quantos anos. Mas era uma mulher que você via pela rua, ela andava gritando assim, “aaaaai, aaaaai”, desesperada.

⁶ Dona Margarida se refere aqui a Seu Camilo, possessor que também teve vizinhos “jagunços”.

Dona Margarida continuou sua narrativa sobre os “jagunços” com um exemplo que quebra com os anteriores, na medida em que sua formulação não se baseia na proximidade, mas sim no afastamento. Pedrão, o “jagunço da pesada”, que mata e que causa medo no filho dela, é o homem de armas escolhido nessa modulação do seu discurso para o lado violento do conflito de terras. Conhecido como “bravo”, “ruim”, “valente”, “matador de gente”, que “estava nesse trabalho porque gostava”, Pedrão me foi várias vezes descrito como “pistoleiro”, que matava em troca de dinheiro.

A “fama”⁷ notória de Pedrão relaciona-se, de certo modo, à “fama” do lugar onde ele nasceu e foi criado, que por sua vez também imbrica-se à “fama” de Pinhão, de um modo mais geral, considerado como “terra de valentes”. Essa “fama” do município foi diversas vezes lembrada por pessoas que lá vivem, nas áreas

⁷ “Fama”, nesse contexto, é um termo que se aproxima da noção de “reputação”, tal como discutida por Bailey (1969), e Marques (2002). Ao lidar com a categoria nativa “fama”, em seu estudo sobre as “intrigas” e “questões” no sertão de Pernambuco, Marques define o termo como “uma forma de conduta estereotipada”, que imprime “um fator de previsibilidade para as futuras relações, derivadas de experiências passadas” (Marques, 2002, p. 187), e que diz respeito a condutas marcadamente excepcionais.

rurais ou na sede urbana, e me foi confirmada em outras cidades do Paraná: “Mas você faz pesquisa em Pinhão? Lá eles matam gente”. Esses comentários, como tantos outros, eram seguidos por silêncios, por um não dizer o que esse “matar gente” de fato significava. Em Pinhão, por sua vez, as pessoas comentavam sobre os homens perigosos, “bandidos” saídos da cadeia que vinham ao município para trabalhar na madeireira, ou que lá eram nascidos e criados e saíam pelo país afora, para ganharem a vida como “jagunços” e “pistoleiros”, e depois voltarem com os bolsos cheios de dinheiro.

“De primeiro todo mundo andava armado”. Essa é uma expressão usual para se falar do “tempo” em que Pinhão adquiriu sua “fama”, “tempo” em que os homens saíam com seus revólveres na cinta para ir a qualquer parte. E assim como um componente das comemorações era atirar para o alto, como um senhor me contou que ele e seus amigos fizeram quando a seleção brasileira ganhou a Copa de 94, as armas também eram companheiras em momentos de “brigas” em bares, bailes, e festas. Desentendimentos, “desaforos” e “provocações” entre homens terminavam em morte. E vários são os motivos apontados para os desfechos trágicos dessas discussões: mulheres, apelidos, disputas por causa de terra, de água, de cerca, de jogos de baralho, fofocas, bebedeira, elementos que muitas vezes se misturam nas narrativas, formando uma espécie de compêndio de controvérsias que levam certas pessoas a determinados fins.

Mas se Pinhão tem sua “fama”, alguns lugares do interior do município portam sua própria reputação de “terra de gente ruim”, de onde saíram diversos “valentes”. Essas práticas de classificação moral da paisagem e de pessoas correspondem a um engajamento ético do sujeito que narra sua experiência, o qual promove a reflexão sobre certas atividades, e sobre qualidades incorporadas pelas pessoas e inscritas no próprio ambiente onde vivem (PANDIAN, 2009). Pedrão é de uma localidade de Pinhão que me foi caracterizada por diversos posseiros como “lugar de

gente ruim”, “onde um mata o outro”. Historicamente marcado por “brigas de família”⁸, esse lugar também foi de interesse da madeireira, que lá realizou diversas compras de pinheiros e adquiriu terras. Foi lá que os gerentes da empresa encontraram alguns de seus mais perigosos homens de armas. Assim como Pedrão, muitos outros “jagunços ruins” e “pistoleiros” são lembrados como oriundos dessa localidade. Era o amplo reconhecimento da capacidade de agredir e de se impor desses “valentes”, que fazia com que os gerentes e outros “guardas” da empresa procurassem esses homens e os chamassem para prestarem serviços para a madeireira.

Em seu estudo sobre a pistolagem no Ceará, Barreira (1998) apresenta relatos de pistoleiros que se constituem a partir das violências vividas em suas famílias e vizinhanças, em situações de conflito de terras. Também no Ceará, Cavalcante (2003) observa que muitos desses homens são oriundos de lugares identificados como “terra de pistoleiros”, e ingressam na carreira jovens, às vezes depois de cumprirem pena. Para ambos os autores, há exemplos de homens que se consolidam como pistoleiros após terem tomado parte em “vinganças de sangue”. Esse também parece ser o caso dos “pistoleiros” de Pinhão, retratados como homens que já haviam cometido crimes em outros lugares e depois vieram se refugiar nos quadros da madeireira, ou homens que já tinham uma trajetória de “vinganças” em “brigas de família” e que vinham de localidades com “famas” de terra de “matadores de gente”.

Adelino, primo distante de Pedrão, contou-me que o primeiro trabalho do homem como “guarda” havia sido nas terras de um fazendeiro, no município vizinho de Reserva do Iguaçu. “Ele era ruim mesmo”, enfatizou Adelino, falando do gosto que seu primo tinha pelo uso de armas, e contando sobre quando Pedrão incentivou ele e seu irmão a serem “guardas”, abrindo em frente a eles “uma caixona cheia de armas”, e perguntando qual daquelas eles queriam. O fascínio por armamentos é constitutivo

⁸ As “brigas de família” estão diretamente ligadas à noção de “vingança”, pois consistem em tensões que se estendem por anos a fio, devido à necessidade de vingar algum parente morto. No caso, a família que sofreu a ofensa se organiza para matar alguém da família que causou a primeira morte. Uma vez que essa “vingança” aconteça, é possível que a família que a viveu queira revindicar. Assim, “brigas de família” podem durar muitos anos, e idealmente permanecem em aberto, tendo em vista o desenrolar das “vinganças”.

da masculinidade nas comunidades rurais em que estive, onde é comum ouvir que “antigamente, o homem que não andasse armado não era considerado homem”. Assim, oferecer armas em troca da prestação de serviços como guarda era um modo de atrair homens para a profissão. Mas Adelino e seu irmão não aceitaram a oferta. Para ele, “o homem que entra pra guarda do Zattar só vai pra morrer”, reflexão que considera o destino de Pedrão, como os de tantos outros homens de armas.

Pedrão é lembrado como um dos braços fortes dos gerentes da madeireira, responsável por muitas mortes e perseguições. No entanto, há uma série de não ditos sobre esses eventos de violência, tema que buscarei discutir mais adiante. Dentre as mortes causadas por Pedrão, destaca-se aquela que Dona Margarida me contou, do homem que levou um tiro no cocho das vacas, por negar-se a deixar de plantar e de colher nas terras onde morava. Outro evento bastante conhecido é o de um tiroteio que Pedrão e outro “jagunço” realizaram contra um posseiro, na casa dele. O homem foi fortemente ferido, mas sobreviveu, marcado pelas muitas cicatrizes das balas que perfuraram seu tórax.

Contudo, tanto quanto outros de seus colegas de profissão, Pedrão construiu boas relações com alguns dos posseiros cujas vidas e atividades deveria vigiar, como o senhor Sebastião, que foi muito ameaçado por não ter aceitado assinar o contrato com a madeireira e teve diversos vizinhos “jagunços” entre os anos 1970 e 1990. Para os filhos de Sebastião, que cresceram vendo os homens de armas ameaçarem seu pai, a empresa buscava sempre trazer um novo e mais perigoso “jagunço” para a comunidade, na tentativa de “fazer pressão” para a assinatura do contrato e minar cada vez mais as atividades econômicas da família.

Esses homens da empresa viviam em uma casa que ficava a pouco mais de dez metros da residência de Sebastião. O posseiro, entretanto, lidou com a situação construindo boas relações com os “jagunços”, a partir de, sobretudo, boas relações entre os membros de suas famílias. Jonas, filho de Sebastião, recorda que

seu pai tentava “agradar” os homens da empresa, e que assim que chegava um “jagunço” novo na casa vizinha, o posseiro mandava um de seus filhos até lá para pedir açúcar, erva para chimarrão, ou algum outro alimento. Depois, sua esposa levava em troca outro alimento para a família do “jagunço”, desenhando um circuito de reciprocidades. Sebastião costumava ainda dar doces para os filhos dos homens de armas. Novamente, então, as mulheres e as crianças aparecem como agentes fundamentais das trocas que produziam vínculos entre famílias de vizinhos, os quais em teoria estavam em lados opostos no conflito de terras.

Seu Camilo, outro senhor posseiro, recorda que Sebastião salvou a vida de um “jagunço valente”, que havia ficado com o pé preso no estribo do seu burro, e quase morreu arrastado pelo animal. “Dali em diante ele disse pros patrões: ‘querem mandar matar o Sebastião, mandem, mas eu não tô pra fazer isso. Aquele homem mais do que meu pai valeu de eu não morrer’”. Camilo, desse modo, relembra da relação de “obrigação” que o “valente” contraiu com Sebastião. Essa habilidade de Sebastião em “agradar”, “receber bem”, “ajudar” os homens de armas e suas famílias rendeu-lhe uma inusitada relação com Pedrão. Para Jonas, aquele foi “o melhor dos jagunços” que apareceram por lá. Ele não “incomodava”, não “provocava”, e “conversava” com o posseiro, que por sua vez é tido como uma pessoa que, pelo cultivo da boa convivência com os “jagunços”, cultivava também a permanência em sua terra.

Pedrão foi o último “jagunço” a ser vizinho de Seu Sebastião. No início dos anos 1990, em um dos trechos que percorria para vigiar os “moradores”, foi surpreendido, junto com outros de seus colegas, por uma emboscada feita por posseiros, na qual foi ferido. Esse evento é lembrado naquela região do município como a “expulsão dos jagunços” que lá viviam. Um ano depois, Sebastião e sua família se mudaram para a casa onde morava Pedrão, encerrando um ciclo de convivência com os homens de armas da empresa.

⁹ Grileiro, aqui, é o sujeito que se apropria de terras através da elaboração de falsa documentação.

Pouco tempo depois disso, Pedrão seria chamado para o serviço que o levou a uma morte também notória, causada por um menino, cujo pai havia sido morto pelo “jagunço”. Um grileiro⁹ de terras do município pagou Pedrão para matar esse homem por não querer que ele ficasse em suas terras. Esse é o tipo de serviço que fazia de Pedrão um “pistoleiro”, ou seja, alguém que não só trabalhava como “guarda”, fazendo suas rondas, mas que era pago para matar pessoas específicas, a mando de homens que não necessariamente pertenciam aos quadros da madeireira, como é o caso desse grileiro. Pedrão matou o homem na casa dele, sem saber que o filho da vítima estava escondido lá dentro. Quando o “jagunço” ia saindo, o menino deu-lhe um tiro certo, que o fez cair morto no meio do terreiro. No bolso de Pedrão, foi encontrado o cheque do grileiro, que depois desse acontecimento fugiu para o Mato Grosso, para escapar de punições e retaliações.

Quando contam essa história, os posseiros adicionam à sua narrativa um ditado que faz dessa uma morte exemplar em suas trajetórias de luta pela terra: “o mais prevalecido morre pelas mãos do mais fraco”. Para os membros do movimento, essa morte representa uma ação de justiça, na qual a pessoa em posição mais frágil, aquela que é abusada, muda de posição, derrubando o “prevalecido”, aquele que se aproveita de sua própria força. Por outro lado, é uma morte que pode ser compreendida como a “vingança” do filho, que assiste ao assassinato do pai; e nesse sentido ela também adquire seu caráter de legitimidade, já que socialmente compreendida como uma retaliação justa.

Outro “pistoleiro” que era próximo dos posseiros era Sergipe, e as narrativas sobre ele enfatizam sua ambiguidade, sintetizada em dizeres que o concebem como um homem bom, de uma família boa, e cuja escolha pela carreira de homem de armas seria enigmática. Joaquim, posseiro que morava na mesma comunidade que Sergipe, conta que o homem iniciou sua carreira de “pistoleiro” em uma viagem ao Mato Grosso. Anos depois, retornou a Pinhão completamente sem dinheiro, e começou a

pegar suas “empreitadas”¹⁰ e a andar com os “jagunços”. Joaquim concebe Sergipe como “cara divertido”, “que conversava”, e ao refletir sobre isso afirma sua incompreensão sobre o envolvimento do homem com a pistolagem.

Sergipe chegou a prestar serviços de trabalhador rural para uma família de posseiros da comunidade do Faxinal dos Cascatas. Dona Lúcia, matriarca dessa família, relembra que Sergipe, que era amigo de seu filho, “ajudava” seu marido a limpar o terreno e a cuidar da criação. Frequentemente ele passava a noite por lá, mas “não incomodava, não fazia nada pra ninguém”. Dona Lúcia recorda o costume que ele tinha de dar balas e doces para as crianças, tal como Sebastião dava doces para os filhos dos vizinhos “jagunços”¹¹. Contudo, ela acredita que esse hábito do “pistoleiro” decorria da culpa que ele sentia por ter feito algo de muito “ruim”. Ela suspeita que ele tenha matado uma criança em uma de suas “empreitadas”.

Sergipe frequentava ainda outras casas de posseiros de Cascatas, mas nem todos lhe davam a mesma confiança que a família de Dona Lúcia. Os Oliveira, família que foi muito ameaçada pelos homens de armas da Zattar, consideram-no um homem “fingido”, que escondia suas verdadeiras intenções, que seriam provavelmente de matar membros dessa família. “O Sergipe era bíblia debaixo do braço, doce pra criança e 38 na mão”, diz Seu Damião Oliveira. Ele lembra que o homem chegava às casas das pessoas com a bíblia, pedindo pouso e refeição, e jamais comia antes de rezar. Fazia-se de boa pessoa para sondar os outros, “era louco de disfarçado”, como são chamadas as pessoas falsas, que “disfarçam” suas reais ideias e intenções. E “não perdia briga”, onde houvesse “encrenca” lá estaria ele.

Sergipe chegou a ser indiciado, junto com outros “jagunços”, por homicídio qualificado mediante paga de recompensa, tentativa de homicídio, e ação incendiária contra uma habitação. Porém, antes de ser preso, foi morto em uma “briga de bar”. Joaquim conta que, no bar, o “pistoleiro” encontrou-se com um

¹⁰ O “pistoleiro” é caracterizado por trabalhar por “empreitada”, ou seja, como um autônomo que é pago por cada trabalho que é chamado a cumprir. “Empreitada”, portanto, é a tarefa, a morte que ele deve executar.

¹¹ De fato, esse hábito de dar balas e doces para as crianças é bastante comum no município. É um modo de “agradar” e de receber bem as crianças, uma forma particular de acolhê-las e de ganhar sua simpatia.

homem com quem “não se dava”, e que o “provocou”. Sergipe partiu para cima do homem, para estrangulá-lo. Um outro rapaz, que trabalhava para o homem e viu que Sergipe estava a ponto de matar o seu patrão, veio por trás e enfiou uma faca nas costas do “pistoleiro”. Sergipe saiu do bar e foi pedir ajuda para o sogro de Joaquim, que morava em uma casa ali perto e conhecia o “pistoleiro” e sua família. Naquela hora, o homem, esfaqueado, dizia “eu vou morrer, eu tô em dívida. Eu fiz tanta coisa nessa vida”. O sogro de Joaquim tentava puxar conversa, fazer Sergipe contar o que é que havia feito que lhe causava tanto arrependimento, confessar. Mas o homem se foi, sem falar que “dívida” era essa que guardava.

Através das histórias de Pedrão e de Sergipe, o “pistoleiro” surge como o homem de armas claramente vinculado a mortes e ao matar em troca de pagamento. Quando chamam algum “guarda” do Zattar de “pistoleiro”, as pessoas marcam o caráter particular dele dentro de um corpo mais amplo de homens de armas, diferenciando-o por não se restringir à vigilância e à reprovação, mas por estar lá para tirar a vida alheia.

O anonimato e a atuação fora de sua comunidade, tal como Barreira (1998) percebe as ações dos pistoleiros em crimes de mando político no Nordeste, não são o que se enfatiza nos discursos sobre esses homens de armas em Pinhão. Contudo, o autor salienta que, no que diz respeito a conflitos agrários, o pistoleiro e seus crimes ganham maior visibilidade do que nos casos dos crimes de mando político (ligados a voto e a disputas eleitorais). Para Barreira, isso tem a ver com as implicações dessas diferentes modalidades de pistolagem. No caso da pistolagem voltada à disputa de terras, um dos objetivos é “espalhar o medo”, é tornar a ação visível para enfraquecer e atemorizar o outro lado (BARREIRA, 1998, p. 14).

Mesmo desaparecendo de tempos em tempos para fazer suas “empreitadas” em outros lugares onde é anônimo, nos causos que ouvi o “pistoleiro” é alguém muito próximo. Essas

histórias se constituem pela experiência pessoal dos narradores frente a homens de armas particulares, o que faz com que as falas sobre eles sejam voltadas a relações, ao conhecimento que se tem daquela pessoa e de sua família, de suas atividades, do seu comportamento, do lugar onde vivia. Assim, mesmo o “pistoleiro” é um sujeito próximo, uma pessoa com quem se conversa, com quem se convive, de tal modo que, se alguns de seus atos não deixam testemunhas, ele passa longe da possibilidade de ser um anônimo. Por serem reconhecidamente “ruins” e reconhecidamente “matadores”, é que eles são tão temidos.

DAQUILO “QUE NÃO SE DIZ”

Se a proximidade e a familiaridade com os homens de armas da madeireira são constitutivas das narrativas sobre “guardas”, “jagunços” e “pistoleiros”, por outro lado, elas também matizam aquilo que permanece no âmbito do indizível acerca das experiências de convivência com esses homens. O próprio conhecimento sobre os homens de armas e sobre eventos de violência, quando narrado, põe em risco relações, já que as narrativas jamais se constituem a partir de uma perspectiva neutra e distante, e porque o que se fala será replicado nas conversas daquele que ouve.

Ao analisar o “*causo*” como prática do Povo dos Buracos, Carneiro (2010, p. 57) chama atenção para “um modo narrativo que se faz na própria experiência”, em como ela é vivida e que diz sobre as maneiras com que as pessoas se relacionam com o mundo. Comerford (2003), por sua vez, chama atenção para como as narrativas sobre conflitos se imbricam aos processos que formam esses mesmos conflitos. A partir dessas reflexões, compreendo as narrativas sobre os “jagunços” do conflito em Pinhão como atos performativos, como experiências que acionam e constituem relações pessoais. Por isso mesmo, o que se fala sobre as ações dos homens de armas é também concebido como um testemunho,

um “envolvimento” com certos acontecimentos e sujeitos que implica em tomadas de responsabilidades e possibilidades de novas desavenças (AYOUB, 2014).

Quando falam das experiências que viveram ao longo do conflito de terras ou reconhecem as tensões da presença dos homens de armas da madeira na zona rural de Pinhão, os sujeitos tecem suas “problematizações”, seu “cuidado ético” (FOUCAULT, 2010) sobre como conduzir-se em meio ao conflito, que tem muito a ver sobre o como conduzir-se nas relações com vizinhos. Por outro lado, os usos que se faz da terminologia local, que divide “guardas”, “jagunços” e “pistoleiros”, são permeados por escolhas morais que as pessoas fazem de tomar parte, explicitamente ou não, em um discurso contrário à empresa.

Seu André, antigo comerciante do município e morador da zona urbana de Pinhão, evitou falar sobre isso na primeira vez em que nos encontramos. Mas em minha segunda visita, ele contou sobre um antigo gerente da serraria, que surge nos relatos dos posseiros como o verdadeiro chefe, o responsável pelas ações da empresa na luta por terras. E disse de uma vez em que viu esse gerente, no centro de Pinhão, descer de uma caminhonete cheia de “homens estranhos” e de “armamento pesado”.

Seu André então contou sobre um “entrevero” que houve em uma localidade rural do município, envolvendo dois rapazes que ele conhecia e dois “pistoleiros”. Assim que usou esse termo, abriu um parêntese dizendo que embora estivesse falando daquela maneira comigo, “isso é coisa que não se diz”. E em seguida, completou: “tem gente que diz jagunço”. Os rapazes eram conhecidos de Seu André, pois frequentavam seu comércio. Eles tiveram uma discussão com os “pistoleiros” em um bar da zona rural. Os homens de armas saíram do estabelecimento e armaram uma “espera” para os rapazes na estrada. Mataram os dois, segundo Seu André, por causa de uma questão de divisas de terras. Tempos depois disso, outro “pistoleiro” matou o pai dos

dois rapazes, na porta da casa onde ele estava vivendo, em outro município. Ele havia deixado Pinhão justamente para fugir das “encrências”. Depois que matou o pai dos rapazes, o “pistoleiro” foi morto, em uma ação de “queima de arquivo”.

Seu Lucas Teles, que vive em uma região próxima daquela onde os rapazes foram mortos, já havia me contado essa história, com alguns outros detalhes. No velório dos rapazes, o pai, que também era “meio pistoleiro” e tinha “bons pistoleiros de confiança”, jurou que iria matar o gerente da madeireira. Mas o gerente acabou comprando o melhor “pistoleiro” do homem, aquele que o matou. “Ficou vivo aquele que pagou mais”, sintetizou Lucas, refletindo sobre a lealdade do “pistoleiro” ao valor que lhe pagam e não a um chefe específico.

O irmão de Seu Lucas, Nilton, foi “guarda” do Zattar. Antes de se tornar funcionário da madeireira, ele era envolvido nas “vinganças” de uma grande “briga de família” entre os Teles e os Pires. Essa “briga” se originou num baile, em que homens da família Pires mataram um irmão de Lucas e de Nilton, e se encerrou depois de muitos anos, quando os Pires foram embora do município. Nilton, que já havia feito sua “fama” nessa trajetória de “vinganças”, foi trabalhar para a empresa.

A pedido do seu irmão, Lucas ficou um tempo como “caseiro” de uma “casa do Zattar”, para não deixá-la vazia, mas salienta que nunca “se envolveu” com as atividades de Nilton. Fez amizade com os vizinhos, que ficaram bastante incomodados quando descobriram que ele era irmão do homem que os ameaçava. Nessa conversa, ele me perguntou se eu conhecia Marcelino, figura importante do Movimento de Posseiros. Sim, era justamente Marcelino uma das pessoas que havia me contado sobre as atividades de Nilton, antes de eu conhecer Seu Lucas. Ele disse que costumava jogar baralho com Marcelino em um bar na cidade e que sabia que seu irmão queria matar o homem. Nilton chegou a pedir para Lucas mandar um recado para Marcelino, em que o mandava preparar as tábuas de madeira do seu caixão.

¹² Em seus trabalhos, Veena Das (2000, 2007) chama essa memória da violência que se prende ao cotidiano e às relações que constituem os sujeitos, de “*poisonous knowledge*”.

Essas histórias, de certo modo, revelam as dificuldades em se falar das atrocidades cometidas pelos homens de armas, já que são narrativas que têm como forma a proximidade entre as pessoas. Como os eventos violentos do conflito se conectam aos laços que unem os sujeitos entre si, a violência é absorvida em outros planos da vida cotidiana, e se torna uma espécie de “conhecimento venenoso” (DAS, 2000, 2007)¹², que põe em perigo aquele que o possui. Assim também, os causos sobre “jagunços” aludem aos eventos violentos do conflito de terras, como a corpos sendo atirados de caminhões, a queimas de casas, a tiroteios, a “esperas”, a homens fortemente armados, referências que são geralmente acompanhadas das expressões “foi feio”, “morreu muita gente...” No entanto, essas violências permanecem reticentes, não se tornam histórias com sujeitos e lugares bem definidos.

As mortes de que se fala são aquelas que são próximas do sujeito que conta a história, de modo que os eventos narrados se vinculam aos lugares por onde quem narra circula e às pessoas com quem convive. Porém, mortes como a de Pedrão e a de Serjão, outro homem de armas tido como “pistoleiro” que foi morto por uma mulher, são amplamente comentadas nas histórias sobre o conflito de terras. Esses eventos são tomados como atos de retaliação, de uma justiça bem sucedida feita por pessoas em posição “mais fraca”. Falar sobre elas, nesse sentido, implica em um “cuidado ético” distinto, pois nelas o morto não é mais a vítima, mas sim o próprio agressor.

Um evento marcante, porém muito silenciado, foi o tiroteio desferido por “pistoleiros” ligados à madeireira contra a Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes. As crianças estavam em sala de aula no momento em que os tiros foram disparados, e uma menina de dez anos saiu baleada. Ocorrido em 1991, esse acontecimento tornou-se matéria do Relatório realizado pela Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná organizada para verificar os conflitos em Pinhão

(Paraná, 1991). A área onde ficava a escola passava, então, por um processo de desapropriação pelo INCRA e estava ocupada por posseiros e outras famílias “de fora” do município, que foram caracterizadas como “sem-terra” nos depoimentos sobre o evento. As terras pertenciam a uma família tradicional de Pinhão, mas os pinheiros nela existentes haviam sido comprados pela madeireira. A partir do Relatório citado, o tiroteio surge como represália aos ocupantes, que vinham retirando madeira daquelas terras. A professora em sala de aula no momento do tiroteio era irmã de um dos homens ameaçados pela madeireira por extrair as árvores.

Tive a oportunidade de conhecer a filha de um “guarda” da empresa em outro município do Paraná. O pai dela, na ocasião, estava internado no hospital, muito doente. Ela disse que ele nunca havia contado o que fazia em seu trabalho, mas que após a doença começou aos poucos a contar de algumas “coisas feias” que havia visto. A moça fala de quando o pai viu seu colega atirar nas costas de uma criança dos “sem-terra”, que estava puxando um balde de água para sua casa. Assim, os atentados contra crianças e as mortes de crianças são pontos críticos na trajetória dos “jagunços”. É notável, nesse sentido, o caso de Janaína, criança que estava dormindo no paiol enquanto seus pais trabalhavam na lavoura, quando os “jagunços” atearam fogo no local. Quando os pais perceberam o fogo, ele já estava alto. A morte de Janaína tornou-se um dos casos mais emblemáticos na história da luta dos posseiros. São esses os feitos extremos que tornam um homem de armas um “bandido”, ou que, como no caso de Sergipe e do pai da moça que me contou sua história, são silenciados por esses homens e compreendidos como o principal motivo de seus sentimentos de culpa.

O ato de matar, em si, não é o que torna um homem “bandido” nas histórias que ouvi. Pode até ser um indício de sua “ruindade”, mas não diz respeito diretamente à ideia de “banditismo”, que implica em transgressões como o roubo, o roubo seguido de morte, o estupro, matar pessoas que são tidas

como indefesas ou mais fracas (como mulheres, crianças, idosos), o “gostar de matar”. Assim, nem todo “guarda” é “bandido”, mas chamar um homem de “pistoleiro” é claramente marcá-lo como tal. O “bandido”, então, pode ser visto como homem “ruim”, mas suas ações não serão necessariamente relacionadas à “valentia”, que tem mais a ver com modos de comportamento, como o “não saber conversar”, o “ser bêbado”, o “não ter medo de nada”, e com as “brigas”, sobretudo as que resultam em mortes. O “bandido” ultrapassa limites de legitimidade em situações de conflito, ele age em nome de outro e em troca de dinheiro, e mata quem quer que seja, não importa se crianças ou se seu velho patrão de confiança.

Por fim, através das histórias sobre os homens de armas e o conflito de terra, delineiam-se “problematizações” sobre os atos praticados por esses homens, que indicam um saber falar sobre a violência e seus perpetradores. Nesse sentido, o elemento tempo é também chave na experiência narrativa. Enquanto o “tempo do Zattar”, aquele em que a madeireira era próspera e os “jagunços” perambulavam pelos “matos”, parece ter se fechado, sua possibilidade de reabertura é considerada por diversos membros dos movimentos sociais, ameaçados por reintegrações de posse e marcados por experiências de agressão. Muitas pessoas permanecem em terrenos “de posse”, sem “os documentos”. Se falar do conflito também é experiência, então o “medo” de que falam não está no passado, mas também num presente em que o temor recai sobre a possibilidade da “volta do Zattar”.

Apesar de alguns “jagunços” perigosos terem morrido ou ido embora, suas famílias ainda estão por lá, e outros antigos “guardas” continuam no município, alguns muito perto das áreas dos movimentos. É assim que estamos num terreno onde o que parece ser passado permanece incorporado ao presente, em relações de parentesco, vizinhança, amizade, ou de hostilidade e inimizade, as quais conduzem histórias que acabam por compor esse município com “fama de valente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suas narrativas sobre os “guardas”, “jagunços” e “pistoleiros”, as pessoas que viveram em terras da madeireira, ou que de algum modo se relacionaram com seus homens de armas, falam sobre violência de um ponto de vista da familiaridade com seus agentes. Se em certo nível os “guardas”, “jagunços” e “pistoleiros” invocam as atrocidades do esquema madeireiro de apropriação territorial, em termos de “causo”, de história contada, eles são percebidos a partir do convívio cotidiano e das relações que possuem com o narrador ou com pessoas próximas a ele que lhe contaram outras histórias. É assim que a violência que caracteriza esses homens e seus trabalhos é assimilada a essas relações e aos modos como as pessoas se constituem e se engajam no conflito fundiário. As histórias que se baseiam na familiaridade e em uma certa compreensão do “trabalho” desempenhado por esses “guardas”, não são paralelas àquelas que remetem ao abuso e às mortes executadas pelos “pistoleiros”. Ao contrário, esses distintos aspectos das relações entre as pessoas e os homens de armas são considerados em seu conjunto.

As narrativas sobre “guardas”, “jagunços” e “pistoleiros” também traçam diferentes compreensões e avaliações acerca do “trabalho” do homem de armas. Enquanto função desempenhada em troca de salário e restrita à vigilância, ela possui sua legitimidade, e a polêmica, então, recai sobre a ilegitimidade das exigências promovidas pela madeireira, enquanto responsável pelo esquema de apropriação territorial que torna os habitantes das áreas em seus “moradores”. O homem de armas se faz problemático quando as atividades que desempenha envolvem ameaças, queimas de casas e mortes, atividades que não comportam o universo do “trabalho”, mas entram justamente no rol da “violência”, do “banditismo”.

Essas considerações sobre o “trabalho” também são traçadas a partir da proximidade entre narradores e narradoras e homens

de armas. A “problematização” da função exercida pelo sujeito de quem se fala e da relação que se tem com ele é o que faz com que certos homens sejam chamados de “guardas” por algumas pessoas, mas de “jagunços” e “pistoleiros” por outras”. Se todos esses termos podem ser remetidos a homens perigosos e a situações de violência, os dois últimos marcam claramente esses aspectos. Quando considerados nas relações de vizinhança e de familiaridade, em um âmbito da experiência que envolve a presença do homem de armas nas tramas de família, nos caminhos cotidianos que as pessoas fazem entre as casas dos seus vizinhos, nas comemorações das comunidades, nos vínculos com eles e com os familiares deles, esses homens são usualmente chamados de “guardas”. Porém, experiências como a de Dona Margarida revelam que nem sempre chamar alguém de “jagunço” é indicativo de distanciamento e de hostilidade em relação aos homens de armas. Assim também, “pistoleiros” como Pedrão e Sergipe também são lembrados por alguns posseiros como pessoas boas, com as quais se tinha boas relações em termos de amizade e vizinhança.

É também a proximidade que pesa sobre o que se diz e “o que não se diz” a respeito do conflito e dos funcionários armados da madeireira, e que torna a experiência da violência uma espécie de “conhecimento envenenado”, que adentra o cotidiano, influenciando sobre as relações que constituem famílias, vizinhos, comunidades. Se falar sobre certos homens e situações é produzir formas de engajamento, assumir uma postura ética, o passado torna-se elemento ativo nas formulações feitas no presente e nas considerações sobre o futuro.

Ainda que os “jagunços” não circulem mais como funcionários da madeireira em Pinhão, muitos deles e suas famílias permanecem por lá, nas comunidades onde trabalhavam ou em outras, sendo considerados como pessoas de dentro desses lugares. Dar voz a experiências passadas e às trajetórias desses homens nos conflitos armados, então, é lidar com temas que não

encontram seu significado no passado, mas sim no cotidiano das relações e experiências pessoais, temas que são perigosos porque seu conteúdo pode reavivar o conflito e mobilizar novos atos de violência.

BIBLIOGRAFIA

- ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled Sentiments: Honor and Poetry in a Bedouin Society*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- AYOUB, Dibe. Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná.
- _____. Os posseiros do Pinhão – conflitos e resistências frente à indústria madeireira. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia M. dos Santos (orgs). *Memórias dos Povos do Campo no Paraná – Centro-Sul*. Curitiba: ITCG, 2013, p. 151-172.
- _____. Sofrimento, tempo, testemunho: expressões da violência em um conflito de terras. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 107-131, 2014.
- BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
- BAILEY, F.G. *Gifts and Poison*. Oxford: Basil Blackwell, 1971.
- CARNEIRO, Ana. O “Povo” Parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CAVALCANTE, Peregrina. *Como se fabrica um pistoleiro*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.
- CHANG, Man Yu. *Sistema Faxinal: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná*. Londrina: IAPAR, 1988.

COMERFORD, John. *Como uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

_____. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 107-142, 2014.

DAINESE, Grazielle. Chegar ao Cerrado Mineiro: hospitalidade, política e paixões. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DAS, Veena. The Act of Witnessing: Violence, Poisonous Knowledge, and Subjectivity. In: DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur et al. (eds.). *Violence and Subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000, p. 205-225.

_____. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

FIGURELLI, Mônica Fernanda. Família, escravidão luta: histórias contadas de uma antiga fazenda. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio De Janeiro.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*. São Paulo: Graal, 2010.

INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London and New York: Routledge, 2011.

LAMBEK, Michael. The Past Imperfect: Remembering as Moral Practice. In: LAMBEK, Michael; ANTZE, Paul (org). *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory*. London: Routledge, 1996, p. 235-54.

MARQUES, Ana Cláudia. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MONTEIRO, Nilson. *Madeira de Lei: Uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar*. Curitiba: Edição do autor, 2008.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. Relatório da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Paraná, organizada para verificar os conflitos fundiários no município de Pinhão. 1991.

PANDIAN, Anand. *Crooked Stalks. Cultivating virtue in South India*. Durham and London: Duke University Press, 2009.

PORTO, Liliana. Uma reflexão sobre os faxinais: meio-ambiente, sistema produtivo, identidades políticas, formas tradicionais de ser e de viver. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia M. dos Santos (orgs). *Memórias dos Povos do Campo no Paraná – Centro-Sul*. Curitiba: ITCG, 2013, p. 59-77.

SOUZA, Roberto Martins de. “Na luta pela terra, nascemos faxinalenses”: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.

